

Envolvimento comunitário em ilhas de pequena dimensão e desenvolvimento turístico – o caso da Ilha do Corvo, Açores, Portugal.

DOI: 10.2436/20.8070.01.171

António Sérgio Araújo de Almeida

Doutor em Ciências do Turismo, Universidade de Perpignan, França.

Professor Adjunto, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Politécnico de Leiria. CiTUR, Centre for Tourism Research, Development and Innovation, Portugal.

E-mail: antonio.s.almeida@ipleiria.pt

Resumo

Integrando a Reserva da Biosfera da UNESCO, o Corvo, sendo a menor ilha do arquipélago dos Açores, Portugal, integra uma população de 464 habitantes, facto que determina em grande parte os seus níveis elevados de coesão comunitária. Tratando-se de um território isolado, não apenas perante o continente português, mas também no contexto do próprio arquipélago, surgem abordagens inevitáveis, mormente no âmbito dos processos de globalização que tendencialmente assumem edificações sociais e estruturais impactantes nos territórios e nas gentes. O presente trabalho tem como objetivo interpretar a coesão comunitária e as perceções dos habitantes da Ilha do Corvo, em relação ao desenvolvimento do Turismo como forma de melhorar a qualidade de vida local. Para tal, recorreu-se à implementação de inquéritos junto da comunidade, entrevistas aos principais agentes corvinos e à observação participante. Concluiu-se que, apesar de se verificar uma elevada autoestima coletiva em torno dos recursos locais, há uma postura ambivalente assente, por um lado, numa inércia coletiva perante o empreendedorismo, e, por outro, num inconformismo e na convicção assumidos, segundo os quais, o Corvo pode dar mais aos corvinos. O Turismo recolhe unanimidade para alcançar esse objetivo e essa constatação preconiza um plano de ação a implementar oportunamente no território em sintonia e protagonizado pelos agentes locais.

Palavras chave: Recursos Locais. Assunção Identitária. Turismo.

1 INTRODUÇÃO

Interpretar a coesão comunitária, as perceções e recetividade dos habitantes da Ilha do Corvo em torno do turismo como forma de desenvolvimento local foi a questão de partida para o presente trabalho. A intenção inicial foi equacionar intervenções assentes na iniciativa e visão da própria comunidade, num modelo de trabalho em que própria população se revisse e sem imposições externas. O facto de se tratar de uma ilha com apenas 464 habitantes, possuindo serviços mínimos que lhe garantem alguma autonomia e uma qualidade de vida enaltecida coletiva e institucionalmente, suscitou interesse no âmbito da coesão e da apropriação icónica da comunidade local, visando o desenvolvimento assente na atividade turística.

Perante a coesão e conforto local, tal como sublinha o presidente da autarquia local, importava perceber em que medida é que o turismo, enquanto atividade naturalmente invasora, é encarado para melhorar o nível de vida local. O isolamento, por paradoxal que pareça, por preservar traças identitárias originais, acaba por assumir-se como um fator de atratividade turística, suscitando análises multidisciplinares e interdisciplinares complexas, designadamente, com contributos em termos antropológicos

Ao longo do século XX, a disciplina firmar-se-ia com os relatos vigorosos (descrições e análises pontuadas de rigorosos exercícios de relativização) oriundos das experiências dos antropólogos junto a povos remotos, ermos e distantes que ajudariam a combater e a rechaçar de vez os tais princípios problemáticos dos primórdios da formação da disciplina. Assim, muitas “mecas”, “jerusaléns”, “varanasis”, “teotihuacáns” e “borobodurs” iam despontar na literatura antropológica como “lugares sagrados”, tais como Samoa, Bali, Birmânia, Tikopia, Marrocos, Sudão, Nova Guiné... ou as Ilhas Trobriand (GONTIJO, 2017, p.264).

Sendo o Corvo uma ilha de muito pequena dimensão, a mais pequena do arquipélago dos Açores com cerca de 17 Km², trata-se, contudo, de um território que reúne recursos tendencialmente potenciadores de um produto turístico diferenciado, designadamente, o posicionamento geográfico e o facto de integrar a Reserva da Biosfera da UNESCO, as paisagens únicas de origem vulcânica, o peixe, a carne (a Ilha do Corvo possui mais vacas do que pessoas) e as aves migratórias.

A sensibilidade ambiental da ilha remete-nos também para uma abordagem em torno da antropologia ambiental, sendo que

naturalmente se presta ao uso de perspetivas antropológicas para informar e envolver decisões de políticas públicas, gestão do uso da terra e defesa de comunidades indígenas, minorias urbanas e outros grupos que muitas vezes estão sub-representados em locais de poder e nos movimentos ambientais tradicionais. Nesse sentido, a antropologia ambiental é uma forma de informar e conectar-se com uma variedade de outras disciplinas que abordam questões semelhantes de sustentabilidade (BROWN et al., 2017, p.5).

O Corvo depara-se com uma baixa capacidade de retenção turística. Uma grande parte dos que se deslocam ao Corvo, fazem-no na qualidade de visitantes e não como turistas (não permanecendo uma única noite na ilha, um dos requisitos essenciais para ser considerado turista), apesar das condições de alojamento e de restauração já o

permitirem. A vizinha e próxima Ilha das Flores é a solução para a generalidade dos turistas. Se é um facto que a Ilha das Flores, mercê das suas dimensões e recursos, substancialmente superiores aos do Corvo, proporciona condições incomparáveis de retenção turística, também é verdade que o Corvo e os seus habitantes, como veremos, não manifestam uma postura coletiva de aproveitamento dos seus recursos, assumindo-os como produto turístico e propiciadores de atratividade turística: a Ilha do Corvo é única na Europa para a observação de aves migratórias da América do Norte; tem uma das mais significativas crateras do Arquipélago, o Caldeirão, com os seus 300 metros de profundidade e 3.400 metros de perímetro; proporciona uma estada pitoresca e diferenciada num ambiente comunitário em pleno Oceano Atlântico.

Na Ilha do Corvo o desemprego é praticamente inexistente. Cerca de 10% dos habitantes trabalham para a Câmara Municipal local e no entender do presidente da autarquia local, o conforto com o nível de vida, acaba por suscitar algum receio em relação a um futuro assente na valorização dos recursos locais. Aparentemente, segundo sublinha aquele responsável, os corvinos têm tudo o que é essencial para uma vida tranquila. Esta realidade comunitária, no início dos trabalhos, poderia ser vista como o principal entrave ao desenvolvimento do Turismo e da própria ilha. Sendo o envolvimento comunitário um pressuposto essencial ao desenvolvimento da atividade turística, pretendíamos compreender as motivações dos corvinos em torno dos recursos locais e o seu grau de apropriação no âmbito destes mesmos diferentes recursos. Foram encontradas algumas discrepâncias entre os elogios a recursos propriamente ditos e os correspondentes produtos turísticos, designadamente, a elevada qualidade de peixe e carne e a inexistência de uma Gastronomia de qualidade, consentânea com essas mais valias locais. Estas e outras constatações similares suscitam um plano de ação entretanto equacionado em sintonia com as entidades locais e cujo desenvolvimento implicará novas investigações e um trabalho de continuidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Pequenas Ilhas – mentalidades e posicionamentos dos Açorianos

Os estudos sobre comunidades insulares têm vindo a suscitar um interesse crescente por parte da comunidade científica (HAMZAH & HAMPTON, 2013; CHIAPPAA et al., 2018; KUMAR, 2019; KURNIAWAN et al., 2019; LARA & CORRAL, 2017; LOUISE & BUTLER, 2002; NG et al., 2017; ROBINSON et al., 2019; SILVEIRA & DENTINHO, 2010).

Num mundo profundamente marcado pela globalização, as ilhas, sobretudo as de pequena dimensão e isoladas, acabam por ser encaradas como casos de estudo, mercê do potencial interesse em torno do modo de viver de comunidades, que, vivendo afastadas fisicamente dos grandes centros e das sociedades mais competitivas, mantêm, em determinados casos, padrões de autoestima coletiva capazes de proporcionar índices de coesão, emancipação e autonomia, longe dos grandes centros de decisão e dos seus poderes instituídos. Tal como observado, a Ilha do Corvo, apesar de uma realidade intracomunitária complexa, decorrente do facto de todos os indivíduos se conhecerem entre si, apresenta uma postura comunitária de coesão perante os forasteiros.

Tendo sido estabelecido um contacto estreito com ilhas de pequena dimensão do arquipélago dos Açores, onde tem vindo a ser efetuada uma observação participante nos últimos dez anos, tem sido observada uma postura coletiva de um persistente afastamento em relação àquilo que os açorianos apelidam de “Continente” (Portugal

continental) quando se referem especificamente ao seu país.

Apesar do aumento e melhoria significativa das comunicações e dos transportes, a ideia de que “o pessoal do Continente está lá no seu modo de vida e nós estamos aqui no meio do Atlântico entregues a nós mesmos”, continua a subsistir em determinados extratos da população do arquipélago, tendencialmente com menor escolaridade. Os Açores registam índices elevados de emigração para os Estados Unidos da América, Canadá e há também muitos açorianos a residir em Portugal Continental. O Brasil tem também uma relação histórica com os Açores.

Os primeiros imigrantes europeus no Brasil foram predominantes portugueses, que, sobretudo no século XIX, deslocaram-se espontaneamente para cá em busca de novas oportunidades, vindos do continente português ou dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, destacando-se aqui a proeminente imigração de açorianos a partir do século XVIII. Assim sendo, literatura brasileira traz na constituição do sistema literário registros dessa imigração, sendo que a figura do imigrante português insere no discurso literário um imaginário do além-mar e a nostalgia das origens (MELLO, 2016, p.471).

156

Esta convicção de emigração como sintoma de desenrasque vem de longe:

Tudo somado, os Açores parecem constituir um caso exemplar daquilo que o jargão académico, simplificando, gosta de designar por «periferia». Ou que os técnicos da União Europeia consagraram com o epíteto de «ultraperiferia». Na circunstância, há mesmo quem fale da «periferia da periferia», ou até da «periferia da semiperiferia», pensando simultaneamente na relação dos Açores com Portugal continental e na do todo com a Europa (BARRETO, 1994, p.267).

As nove ilhas do arquipélago, situadas no Atlântico Nordeste, são uma realidade heterogénea, registando, por exemplo, S. Miguel, a maior ilha do arquipélago, uma população de cerca de 140 mil habitantes e uma área de 744,6 Km² e a Ilha do Corvo, a mais pequena, apenas 17 km² e 464 habitantes. Seja como for, as nove ilhas (Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa, Corvo e Flores) registam um domínio rural, da agropecuária e laticínios e das pescas, sendo o turismo uma atividade emergente que tem vindo a afirmar-se, sobretudo em S. Miguel, Terceira e Faial. Os habitantes do Corvo acabam por manifestar algum descontentamento pelo seu isolamento, mesmo em relação às restantes ilhas do arquipélago. Numa espécie de sentimento ambivalente de insatisfação e vontade de mudança, regista-se localmente uma atitude de resignação e até de autoestima perante o modo de vida proporcionado pelo isolamento.

Em todos os tempos, a literatura insular é uma literatura de ansiedade, a traduzir a opressão do lugar. Os horizontes abertos do mar são culturalmente fechados. Quem vive numa ilha sabe, melhor do que ninguém, ou talvez como as populações da montanha, o que é o isolamento. Pior ainda: tal pode ser a ausência de termos de comparação, que, muitas vezes, o insular não sabe sequer que vive isolado. Apesar do litoral, a ilha é interior. (...) A «opressão» insular é a do lugar, mais a da sociedade; a do interior, mais a da exterioridade (BARRETO, 1994, p.268).

Despoletar esta mudança preconizada pela própria comunidade é uma tarefa

delicada e complexa que deverá passar pela liderança local, sem quaisquer imposições do exterior. Esta questão ganha maior acuidade em ilhas de pequena dimensão onde “a liderança comunitária que costumava ser fornecida por um “campeão local” foi agora assumida por uma organização comunitária informal com o desejo de representar e subir nos estabelecimentos de pequena escala ao longo da cadeia de valor” (HAMZAH & HAMPTON, 2013, p.63-64).

2.2 O Turismo de Ilhas

As ilhas estão associadas a um imaginário turístico de isolamento e recolhimento perante a azáfama social. São territórios tipicamente conotados com uma espécie de refúgio, sobretudo, quando o seu acesso é dificultado pela escassez de transportes. Por contraditório que possa parecer, o isolamento acaba por proporcionar vantagens para determinados segmentos turísticos, seja pela dificuldade de acesso e baixos fluxos turísticos, seja pela preservação das culturas e dos sistemas de valores originais, reforçando o cariz diferenciador do destino quando comparado com destinos massificados e de fácil acesso. Estas opções turísticas acabam por ser um sintoma social dado que

Estilos de turismo podem ser os principais indicadores de mudanças que estão ocorrendo em uma classe ou cultura nacional, mudanças que podem ser latentes nas instituições mais restritas do mundo cotidiano, porque o turismo é aquela pequena parte da vida em que as pessoas acreditam que são livres para exercer suas fantasias, para desafiar seus eus físicos e culturais e para expandir seus horizontes (GRABURN, 1983, p.29).

Este isolamento e conseqüente necessidade acrescida de autonomia, colocam as ilhas, sobretudo as de pequena dimensão, num patamar próprio de discussão da sustentabilidade dos territórios e do próprio turismo sustentável. A escolástica das ciências do turismo, em alinhamento com as políticas definidas pela própria Organização Mundial de Turismo (OMT), define holisticamente as bases cultural, social, económica e ambiental e ecológica, como sendo fundamentais para a implementação de uma atividade turística sustentável.

Esta visão ganha maior acuidade em ilhas, sobretudo as de pequena dimensão, porquanto suscita um aparentemente mais óbvio diagnóstico de recursos ambientais e culturais e um desejado envolvimento comunitário, tentando perpetuar vantagens económicas como forma de fomentar equilíbrios sociais sustentados em práticas ecológicas e ambientais que salvaguardem e promovam os recursos e as gentes. De uma forma muito particular em ilhas de muito pequena dimensão:

O turismo encara, pois, um paradigma interventivo em termos sociais, não se pautando apenas por conteúdos efêmeros, meramente contemplativos. A assunção identitária das comunidades locais (incorporando a própria oferta turística) e a conseqüente materialização de seu legado cultural e ambiental, designadamente através de um turismo cultural participativo (integrando autóctones e turistas), são assumidamente fatores de diferenciação do destino, que suscita envolvimento, conhecimento, formação e inovação (ALMEIDA & PINTO, 2017, p.620).

Por outro lado, é de destacar que “nos pequenos Estados insulares, a integração

de objetivos sociais, ambientais e econômicos, bem como os objetivos culturais são fundamentais para o desenvolvimento de planos de turismo sustentável que serão apoiados pelos afetados” (ROBINSON et al., 2019, p.5).

O desenvolvimento do Turismo em ilhas acaba por ser um desafio social para os seus habitantes, mercê do seu predomínio e da sua elevada influência nos estilos de vida locais. A receptividade para o desenvolvimento do Turismo pode, sob determinadas circunstâncias, revelar-se como uma oportunidade de coesão social e de manifestação corporativa de uma opção de desenvolvimento local. O envolvimento comunitário, sobretudo em ilhas de muito pequena dimensão, será determinante na medida em que as comunidades geram impactos emocionais inevitáveis nos seus visitantes. Resgatar a comunidade para o planeamento turístico é condição essencial tanto mais que não raras vezes:

Mesmo os "entusiastas" não se sentiram envolvidos e comprometidos no planeamento turístico, e eles não acreditavam que as autoridades locais estão ouvindo suas opiniões ao tomar decisões sobre o futuro desenvolvimento turístico de seu destino; isso torna a necessidade de alcançar uma forte integração da comunidade uma prioridade na agenda dos formuladores de políticas e comerciantes de destino (CHIAPPAA et al., 2018, p.47).

Este foi justamente o princípio basilar que quisemos salvaguardar no presente caso de estudo, sendo também a base de trabalho que registamos junto das entidades locais. É também de referir que “O desenvolvimento do turismo de pequenas ilhas poderia beneficiar significativamente do planeamento espacial marinho devido ao seu potencial para mitigar os impactos negativos sobre os recursos naturais, bem como conflitos de uso terrestre” (ROBINSON et al., 2019, p.6).

Este planeamento será melhor sucedido na medida em que houver uma visão corporativa dos agentes e das comunidades locais. Uma visão alicerçada em resultados concretos que promovam o desenvolvimento, o bem comum e a promoção dos valores ambientais e naturais, que, são, em primeira análise, a razão de ser desse mesmo potencial bem-estar coletivo.

Neste contexto, Ng et al., (2017, p.103) refere que “a performance de sustentabilidade isolada (dos atores) torna difícil para as partes interessadas apreciar o quadro geral da realização de sustentabilidade de uma ilha” e, desta forma, as ilhas apresentam especificidades que as colocam num patamar muito próprio de organização turística uma vez que “a gestão das pequenas ilhas deve ser holística, incluindo todos os utilizadores de recursos e recursos na terra e na água” (KURNIAWAN et al., 2019, p.142).

As políticas de sustentabilidade em territórios desta natureza acabam por assumir-se como uma necessidade vital que condicionarão o futuro e o bem comum das comunidades locais.

Os pequenos Estados insulares representam um desafio significativo em termos de desenvolvimento do turismo sustentável. Numa pequena ilha há recursos limitados, atividades econômicas e sociais (...) e a interconectividade entre esferas econômica, ambiental, social, cultural e política é forte e generalizada. Consequentemente, o desenvolvimento sustentável do turismo é mais uma necessidade prática do que um extra opcional (TWINING-WARD & BUTLER,

2002, p.363).

A salvaguarda e promoção dos valores ambientais e culturais presume, contudo, a adoção de políticas de turismo prudentes, respeitando a capacidade de carga dos locais e evitando impactos nefastos, resultantes de uma atividade turística desregulada, situação que no presente caso de estudo está tida em linha de conta por parte das entidades locais, como veremos adiante. “Maior não é melhor, especialmente no que diz respeito à prática do turismo sustentável. O caminho para um setor de turismo mais sustentável é uma jornada que consiste em muitos pequenos passos, onde o progresso é feito progressivamente” (AGYEIWAH et al., 2017, p.24).

2.3 Ilha do Corvo

De origem vulcânica, a Ilha do Corvo, descoberta em 1452 pelo navegador português Diogo de Teive, integra o Arquipélago dos Açores e ocupa uma superfície total de 17,13 km², com 6,5 km de comprimento por 4 km de largura.

O povoamento da ilha do Corvo não foi fácil, só tendo sido conseguido após várias tentativas, sem sucesso. A primeira terá sido comandada por Antão Vaz Teixeira, no início do século XVI. (...) Só em 1548, quando o Capitão-Donatário das ilhas Flores e Corvo, Gonçalo de Sousa, enviou escravos da sua confiança, como agricultores e criadores de gado, é que se iniciou o povoamento definitivo da ilha (PIMENTEL, 2019, p.15).

Entre o início do século XIX e 1920, a população do Corvo diminuiu significativamente, mercê da emigração, sobretudo para os Estados Unidos da América. Esta onda de emigração repetiu-se entre os anos 50 e 80 do século XX. A maior parte das famílias têm filhos deslocados no estrangeiro, no continente português e nas restantes ilhas do arquipélago. Os últimos dados oficiais disponíveis mostram, como vimos antes, que o Corvo tem atualmente 464 habitantes e cerca de 10% desta população trabalha para a Câmara Municipal, usufruindo parte significativa destes funcionários de salários humildes. A grande maioria da população é detentora do ensino básico e secundário. Crianças e jovens são pouco mais de 70, sendo que grande parte da população da ilha situa-se na meia idade. Na escola básica e secundária local, estarão neste momento a finalizar o ensino secundário, entre 3 a 5 estudantes, antecedendo o ensino superior que se lhes afigura como uma oportunidade. Marcadamente rural, ocupando cerca de 20% do território num regime de minifúndio, a população tem como principais fontes de rendimento, o gado, leite e laticínios, sendo de reiterar o facto da ilha ter mais vacas do que pessoas. A pecuária domina inequivocamente a atividade económica da ilha. O queijo do Corvo tem características únicas. Milho, forragens, batata, hortícolas e milho, dominam a paisagem rural. O peixe funciona também como recurso de subsistência e de autonomia perante as outras ilhas do arquipélago e mesmo perante o continente de Portugal. O isolamento entranha-se na psicologia coletiva da ilha, não sendo de estranhar que, até ao momento, neste território português, não entrou o novo vírus COVID 19.

“Através da memória dos mais idosos vislumbramos como ao longo de grande parte do século XX a cultura acumulada ao longo de gerações e a entreatada das famílias permitia que se suprissem as necessidades básicas, ultrapassando as intempéries, as pragas e os infortúnios pessoais, com um mínimo de relação exterior” (AMORIM, 2018, p.30).

O ponto mais alto do Corvo é de 720 metros. A ilha está a 39° 40' de latitude Norte e 31° 05' de longitude Oeste e localiza-se sobre a placa tectónica da América do Norte. A Ilha das Flores, uma das mais apreciadas em termos turísticos nos Açores, tida para muitos turistas como uma espécie de “Éden na Terra”, localiza-se a cerca de 10 milhas náuticas e é a ilha mais próxima, facto que acaba por influenciar as curtas estadas dos visitantes ao Corvo. O clima da Ilha do Corvo é ameno e húmido, com 915,7 mm de precipitação.

No Corvo há uma única localidade que está situada numa fajã lávica. A Vila do Corvo, visualizada na Figura 1, caracteriza-se pelas casas pitorescas com fachadas negras e fechaduras de madeira, sendo a lava vulcânica solidificada uma imagem de marca na construção da vila. É a única zona plana da ilha, albergando também, por isso, o aeródromo local, utilizado exclusivamente pela SATA, companhia aérea dos Açores.



Figura 1 – Vila do Corvo com Ilha das Flores no horizonte.

Fonte: Autoria própria, 2019.

O Corvo é um espaço privilegiado de *birdwatching*, estando na rota migratória de espécies norte americanas, tais como o milhafre, a alvéola e o tentilhão. As lendas e estórias assolam também a ilha que foi alvo de várias abordagens de piratas sempre contornadas pelos corvinos que, rezam as crónicas locais, para além da valentia assumiam dotes de diplomacia.

O Caldeirão, visualizado na Figura 2, (único vulcão que formou a ilha), com os seus 300 metros de profundidade e 3.400 metros de perímetro transmite uma sensação de imponência capaz de relativizar a pequenez da Ilha do Corvo. É para a generalidade dos corvinos o ícone da ilha e é um local muito apreciado para fazer trilhos e para *birdwatching*.

Figura 2 – Caldeirão da Ilha do Corvo.



Fonte: Autoria própria, 2019.

2.4 Envolvimento Comunitário e Turismo na Ilha do Corvo

Na Ilha do Corvo, os transportes ainda são encarados localmente como uma limitação ao desenvolvimento do Turismo. Tal como refere Lino de Freitas Fraga “para se poder desenvolver o turismo nestas duas ilhas (Corvo e Flores) de forma planeada a médio e longo prazo, é necessário e fundamental definir e desenvolver uma política efetiva de transportes aéreos e marítimos em condições” (FRAGA, 2019, p.40). Segundo o autor, enquanto isso não for feito, o turismo será sempre muito precário. Desenvolver o Turismo num território como a Ilha do Corvo presume o envolvimento da comunidade local porquanto estamos num território muito pequeno em que a simples entrada de meia dúzia de forasteiros é notada de imediato pela comunidade local, o que, neste caso em concreto, acaba por ser vantajoso pelo facto de estarmos perante uma comunidade assumidamente hospitaleira, como veremos adiante.

Sendo a base comunitária um elemento dominante, “a participação da população local é um pré-requisito para garantir a legitimidade, representatividade e sucesso em ações do projeto (...). Recorrendo à lógica da etnoconservação, é possível situar o turismo de base comunitária como uma possibilidade de se empregar os saberes comunitários na conservação da natureza” (ARAÚJO et al., 2018, p.153-154).

Estas questões não poderão ser dissociadas dos modelos de uso da terra e as próprias políticas nacionais e regionais têm vindo a introduzir alterações na própria relação que as comunidades estabelecem com a terra e com o mar. Nesta perspetiva é de destacar que “a transição atual da terra agrícola para a terra urbana, após o apoio financeiro externo para os serviços públicos em aldeias selecionadas, é uma tendência especialmente interessante para extrapolar em simulações de uso futuro da terra” (SILVEIRA & DENTINHO, 2010, p.102).

O envolvimento comunitário é condição essencial para a transmissão dos sistemas de valores locais, facto que por si, diferencia o destino turístico. À priori, são as comunidades locais, mercê do conhecimento e da ligação à terra, que, reúnem melhores condições para transmitir a autenticidade local, atributo indispensável a uma

desejada atratividade do destino. O Turismo, pelo seu cariz tendencialmente invasivo, suscita uma discussão cuidada no âmbito de um desejado envolvimento comunitário. Esta não é propriamente uma tarefa linear. “Através da memória e da construção da identidade de um povo, surge o turismo com a perspetiva de preservar a cultura e fazer dela um produto turístico que tem uma demanda específica, pois quem procura esse tipo de turismo quer outro tipo de atração que é conhecer o Património cultural daquela localidade” (MALHEIROS et al., 2016, p.72).

No entender do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Corvo, o turismo sustentável é uma oportunidade que a ilha deve ter como prioridade e, segundo sublinha, o Ecomuseu do Corvo tem vindo a desenvolver um trabalho essencial neste domínio.

Por seu turno e segundo a co-coordenadora do Projeto do Ecomuseu do Corvo, a especificidade do território corvino, o carácter resiliente das suas gentes, a história da comunidade e os valores patrimoniais que detém, determinaram a tipologia de museu a implementar. Um Ecomuseu, segundo as suas palavras, é um museu de território que, por oposição aos museus tradicionais onde existe um edifício e uma coleção destinada aos visitantes, tem como objeto de trabalho um determinado território e todo o património nele contido, sendo que existe para a comunidade em que se insere. De acordo com Andreia Silva, o Ecomuseu local resulta de uma parceria entre o Governo Regional dos Açores, representado pela Direção Regional de Cultura e a Câmara Municipal do Corvo, em conjunto com a população local, sendo que o envolvimento da autoridade pública se concretiza através dos especialistas, serviços e recursos que fornece. Segundo a sua convicção, o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual. Para Andreia Silva, trata-se aqui de colocar a museologia ao serviço do desenvolvimento local. Este aspeto fundamental, sublinha, está diretamente relacionado com a abordagem holística do património, uma das especificidades dos Ecomuseus, que consideram as suas várias dimensões (material e imaterial) e vertentes (cultural, natural e humano), contando com a participação efetiva da comunidade, que é aqui protagonista. Sustenta igualmente que são os corvinos, enquanto detentores do património e seus legítimos herdeiros, que devem apontar o caminho a seguir, determinando os elementos que consideram património e os usos a dar-lhe, envolvendo-se em todas as ações e processos eco museológicos.

Para Andreia Silva, este é assim um projeto museológico e de desenvolvimento, conquanto visa garantir a salvaguarda e a afirmação do património corvino e, simultaneamente, promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida da população, alicerçado nesse mesmo património.

Invocando Hugues de Varine, um dos mentores da ecomuseologia, Andreia Silva, reitera que o património, sob as suas diferentes formas, fornece o húmus, a terra fértil, necessária ao desenvolvimento que não pode acontecer fora do solo. Termina, sublinhando que é com estes princípios em mente que o Ecomuseu do Corvo atua.

Nesta linha de pensamento importa sublinhar que “um dos principais objetivos é ganhar confiança e apoio da comunidade, que inclui o objetivo principal de evitar o desafio legal contínuo a projetos ou atividades. Numa longa lista de condições para processos de consulta comunitária adequados, inclusivos e apropriados, foram citados princípios de integridade, inclusão, e responsivo e recíproco” (HINDMARSH & ALIDOUST, 2019, p.277).

O turismo de base comunitária figura como uma alternativa que visa o bem-estar da população receptora e que leva em consideração sua

identidade de forma a ir além de “espetacularização” de seus modos de vida, ou seja, um turismo que privilegia saberes locais tende a considerar diversos grupos sociais no processo de tomada de decisão para o planejamento. Os saberes locais, nessa lógica, não se restringem à matéria para atrativos turísticos. Assim, práticas que visam atingir fins mercadológicos tendem a tomar tradições e costumes das comunidades, transformando-as em um espetáculo para consumo dos visitantes, tendo em vista que suas práticas e o ambiente em que vivem são importantes primeiro para a comunidade e só então deve ser considerada a relevância para visitantes (ARAÚJO et al., 2018, p.154).

Este foi um princípio basilar da observação participante efetuada na Ilha do Corvo: perceber até que ponto é que a comunidade local estaria disponível para resgatar o seu património como pretexto de afirmação cultural, desenvolvimento social e promoção ambiental e como corolário deste processo, o desenvolvimento turístico. Uma das premissas assumidas no presente trabalho é que será o desenvolvimento do Corvo que proporcionará um turismo alinhado com as suas especificidades.

Havendo uma tendência para valorização local dos ícones e dos sistemas de valores, importará promover o envolvimento das comunidades, fomentando a apropriação dos seus símbolos e afirmando-os como produtos sustentáveis que contribuam para o seu desenvolvimento e emancipação. Para além do diagnóstico local de recursos, torna-se assim fundamental o diagnóstico de mecanismos sociais que proporcionem uma apropriação simbólica da realidade por parte das comunidades locais (ALMEIDA, 2018, p.414).

Nesta perspetiva, uma das maiores evidências residiu na discrepância que encontramos localmente entre a qualidade dos recursos alimentares locais, designadamente o peixe e a carne e a fraca qualidade da gastronomia. Em rigor, a gastronomia do Corvo não faz jus à excelência dos produtos. Neste contexto é de sublinhar que

os processos participativos destinados a integrar as comunidades locais em estratégias de planeamento geram vários benefícios: decisões e políticas socialmente mais robustas; uma melhoria qualitativa das estratégias pesqueiras e ações concretas baseadas na experiência direta da comunidade pesqueira. Cada um destes fatores, combinados com o controlo científico técnico e adequado das pescas, pode contribuir para a sustentabilidade a longo prazo das pescas insulares (LARA & CORRAL, 2017, p.161).

Também neste domínio em concreto, o Corvo fica em desvantagem comparativamente com as restantes ilhas do Arquipélago, cuja gastronomia poderá ser apreciada com padrões de excelência e são assumidamente um fator de atratividade do arquipélago. “A cozinha local típica reflete fielmente o património cultural e histórico de um destino. A vantagem que o turismo gastronómico traz consigo é um impulso na economia local” (KUMAR, 2019, p.6). Estamos assim perante pretextos de desenvolvimento que carecem de envolvimento tanto mais que

aspira-se, assim, a uma lógica estratégica de convergência de vantagens mútuas, aproximando autóctones e turistas, proporcionando benefícios económicos e sociais aos primeiros e experiências únicas

aos segundos. Os agentes turísticos enfrentam, desta forma, o duplo desafio, que consiste, por um lado, no diagnóstico de mecanismos comunitários de envolvimento (tendo em vista a assunção da identidade local enquanto fator de diferenciação da oferta turística), por outro lado, no diagnóstico de fatores intensificadores da experiência, fazendo jus ao primado da experiência turística (ALMEIDA & PINTO, 2017, p.617).

O Corvo apresenta especificidades únicas em torno do património ambiental e cultural e é encarado pelo presidente da autarquia local como uma oportunidade de aprendizagem e crescimento e logo um momento marcante e significativo para todos quantos a visitam. Refira-se neste contexto que

experiências turísticas memoráveis não se limitam a um único tipo de finalidade ou motivação de viagem. Viagens de lazer, viagens de negócios, programas de intercâmbio, experiências normais de vida diária, viagens pedagógicas e educacionais e viagens de saúde podem ativar memórias duradouras para os turistas. Esta afirmação ajuda a entender que não é o tipo de experiência em si o que torna uma viagem memorável ou não, mas como eles representam um momento significativo na vida do consumidor (COELHO et al., 2018, p.18).

Refira-se, por outro lado, que “à medida que os turistas visitam as ilhas, há uma necessidade de um melhor desenvolvimento para aumentar o seu setor de turismo, tanto em termos de aumento das chegadas de turistas e do número de agências de viagens, bem como as instalações de apoio, tais como hotéis e motéis” (KURNIAWAN et al., 2019, p.138).

No Corvo, esta constatação ganha ainda maior acuidade a partir do momento em que a grande maioria dos visitantes não tem o estatuto de turista, não permanecendo aí uma única noite. O próprio presidente da câmara municipal, como veremos adiante, sublinha que um dos grandes objetivos do Corvo deverá consistir em criar condições para que os visitantes da ilha não regressem à vizinha Ilha das Flores exatamente no mesmo dia. A confiança coletiva, no entender de José Manuel Silva, é uma questão de fulcral importância.

O próprio Turismo Ornitológico não está explorado em consonância com o potencial da ilha. De acordo com Bárbara Ambros do Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo, aves raras, maioritariamente de origem americana, aterram aos Açores e em particular no Corvo, porque encontram aqui locais de refúgio, onde descansar e alimentar-se, após uma viagem longa e forçada pelas tempestades do final do verão. Isto faz do arquipélago dos Açores um dos poucos locais na Europa onde é possível avistar aves neárticas (de origem americana). Sendo o Corvo a ilha mais pequena e uma das menos florestadas, é há 15 anos uma das favoritas para a prática do *birdwatching*, pois facilita a descoberta destas raridades. Contudo, segundo a bióloga, esta prática continua a ser quase exclusiva de quem percebe de avifauna, pelo que, fica associada a este tipo de visitantes. Segundo acredita, para tornar o turismo ornitológico mais abrangente, é preciso divulgar e dar a conhecer esta realidade a todos aqueles que estão interessados, por um motivo ou por outro, a visitar a ilha do Corvo. Bárbara Ambros sublinha que este incentivo deverá incidir não só nas raridades, mas também em toda a avifauna típica dos Açores que alberga espécies tão díspares como aves marinhas, limícolas, pássaros únicos, aves terrestres exclusivas, diversas espécies de aves aquáticas, entre outras.

Bárbara Ambros acredita que, para potenciar o turismo ornitológico no Corvo, é preciso uma ligação holística deste recurso a toda a ilha, dado que a observação de aves implica caminhar por paisagens únicas, tal como o Caldeirão e percorrer trilhos, tendo uma vista completa para o oceano. Segundo esta técnica superior, o Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo está já a trabalhar nesta convicção, segundo a qual, as aves acabam por ser um excelente pretexto para conhecer a ilha.

2.5 Perceções e posições públicas da autarquia local

O presidente da Câmara Municipal do Corvo é o principal representante do Estado português na ilha. Amante da sua terra, sublinha que os Corvinos têm uma grande autoestima pela sua terra e pelas suas tradições e cultura. Nas horas difíceis, tais como os momentos mais delicados motivados, por exemplo, pelas condições climáticas adversas, este sentido de coesão comunitária é bem visível. José Manuel Silva manifesta, contudo, alguma preocupação por aquilo que considera ser o baixo envolvimento dos corvinos em torno do seu património e das suas tradições. Segundo o autarca, esta questão do não envolvimento prático em torno das tradições, é visível, por exemplo, ao nível das principais festas da ilha: as Festas do Espírito Santo. De acordo com o edil, enquanto que há uns anos, estes festejos envolviam toda a comunidade na sua preparação, atualmente e concretamente nas últimas festas registadas em 2019, sentiu-se falta de mão de obra para a sua concretização. Segundo refere, esta atitude comunitária pode deixar antever uma inércia coletiva em torno dos recursos locais que são essenciais para desenvolver um turismo sustentável na ilha. Para José Manuel Silva o sentimento comunitário de partilha existente há 30 anos era incomparavelmente diferente e esta tendência, segundo sublinha, é preocupante em termos futuros, porque, a confirmar-se, porá em causa mais valias fundamentais para o desenvolvimento da ilha. A título de exemplo, sublinha a carne de qualidade do Corvo assente em vacas que ingerem pasto puro, bem como as fortes possibilidades de ter um queijo diferenciado, feito com leite cru. Os subsídios são, segundo acredita, uma garantia de que a produção de carne vai continuar e o ideal será partir-se para um paradigma de empreendedorismo em que as pessoas agarrem localmente o seu próprio destino.

De acordo com o presidente da câmara, os corvinos gostam de ser corvinos e isto mesmo está patente nos resultados dos inquéritos que implementamos localmente. Contudo, há uma resignação coletiva que coloca a comunidade local perante um estado de estagnação que em seu entender é um desperdício em função da margem de progressão da ilha. Para este responsável, no Corvo há boas condições de vida e não há ninguém a sentir necessidades, tal como acontece noutras zonas do país. Esta realidade coletiva, sendo naturalmente motivo de regozijo, segundo acredita, acaba também por motivar uma certa inércia não consentânea com o real potencial de desenvolvimento da ilha e das suas gentes. Constatando que em horas de dificuldades e de adversidades a população corvina atua com verdadeiro espírito de corpo, José Manuel Silva não deixa de manifestar o desejo que esta postura comunitária seja uma realidade em torno dos desígnios de desenvolvimento da ilha. O grande objetivo do autarca é continuar a sensibilizar os corvinos para a oportunidade de se apropriarem sustentavelmente dos seus recursos, promovendo a atratividade da ilha e a sua qualidade de vida. No seu entender, a sustentabilidade presume a consciência que o Corvo é uma ilha muito pequena com recursos e capacidade de carga limitados. Estando muito distantes do momento em que é necessário implementar políticas de controle de fluxos turísticos, também é um facto que esta postura de prudência deverá ser uma tônica constante das

políticas municipais. Na sua convicção, por estarmos perante a mentalidade coletiva dos visados, é uma tarefa estrutural e sensível mas que paulatinamente, tal é a clarividência de oportunidades, irá concretizar-se na medida do equilíbrio e do bem comum para a ilha. Será um grande desperdício, sublinha, se tal não acontecer.

2.6 Metodologias

A Ilha do Corvo tem vindo a ser a alvo de observação participante. Em três estadas na ilha, nomeadamente, em 2010, 2018 e 2019, auscultou-se a comunidade local numa amostragem por conveniência e interagiu-se com a mesma, sentindo-se o dia-a-dia e o seu envolvimento em torno dos seus recursos. Interagir com as forças vivas locais, nomeadamente em diversas conversas informais, revelou-se também como uma mais valia na presente investigação, sobretudo, porque, tratando-se de uma pequena ilha, estas evidências acabaram por ter uma relevância conformadora dos resultados obtidos. Experimentar a gastronomia e o alojamento locais, realizar trilhos acompanhado por autóctones e de forma autónoma, visitar os principais pontos turísticos e museus e conviver com proximidade com os habitantes locais, acabaram por consolidar uma opinião e uma visão perante a questão de partida: a coesão comunitária, as perceções e receptividade dos habitantes da Ilha do Corvo em torno do Turismo como forma de desenvolvimento local. Estas estadas sucessivas na Ilha do Corvo não podem ser dissociadas do facto de termos vivido cerca de um ano numa das ilhas do arquipélago: Ilha Terceira. Nos últimos 10 anos percorreu-se detalhadamente as nove ilhas do arquipélago. Esta vivência nos Açores consubstanciou e reforçou uma visão estrutural das comunidades locais, permitindo também apurar metodologias de investigação que salvaguardassem o cariz fundamental da não intromissão dos trabalhos a implementar no terreno junto de comunidades, normalmente avessas a influências externas.

Durante o mês de setembro de 2019 foi implementada a realização de inquéritos, assentes numa escala de *Likert* de 5, desde concordo plenamente a discordo totalmente, tendo-se registado a participação de 61 habitantes, (464 habitantes/total) o que perfaz cerca de 13,1% da população corvina. Mercê das sensibilidades locais perante agentes externos à ilha, sobretudo oriundos de Portugal continental, os inquéritos foram distribuídos pelas forças vivas locais, designadamente, autarquia e Ecomuseu que deram total liberdade de preenchimento, assumindo-se disponíveis para ajudar a esclarecer eventuais dúvidas. Os inquéritos foram preenchidos de forma anónima como contributo para a sinceridade perante alguns temas comunitários mais sensíveis. Mesmo assim e apesar de estarmos perante uma taxa de respostas significativa, há a registar o facto de haver um número elevado de corvinos que não estão receptivos para participar neste tipo de inquéritos, facto que por si só, suscita interesse para investigações futuras.

Realizou-se uma entrevista semiestruturada com o presidente da câmara municipal de Vila do Corvo, figura pública incontornável de um território com a presente dimensão. Apurar as posições públicas de José Manuel Silva era à priori uma questão fulcral do presente trabalho, porquanto estamos perante o principal ator oficial da ilha. Registamos ainda conversas informais com técnicas superiores do Eco Museu e do Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo. O facto de estarem a desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável na ilha, vislumbram-se essenciais para a prossecução do presente trabalho. Procedeu-se a uma revisão da literatura, tentando refletir o estado da arte no âmbito desta problemática e fez-se uma caracterização da área de estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

86,8% dos inquiridos entendem que o Corvo pode dar mais aos corvinos mas paradoxalmente 77% consideram que vivem na ilha, tal como querem viver. Estes dados entroncam na nossa observação participante, porquanto temos verificado sucessivamente uma convicção coletiva clara, segundo a qual, os recursos locais poderiam melhorar as condições de vida dos corvinos, designadamente, através do fomento de negócios ligados à atividade turística, tais como uma restauração e hotelaria de qualidade. Por outro lado, sente-se localmente uma certa resignação coletiva com os níveis de vida usufruídos e o próprio presidente da autarquia destaca esta espécie de apatia como um entrave a um aproveitamento sustentável dos recursos locais que presuma essa apropriação por parte da comunidade. Interações diversas com a comunidade local ilustram assim uma perceção ambivalente. Ou seja, se por um lado, o “Caldeirão”, os trilhos, as carnes autóctones, o queijo, os recursos marinhos e as aves podiam ser fontes de rendimento acrescido, por outro lado, os níveis de vida usufruídos presentemente afiguram-se como suficientes para ser feliz. Na nossa observação, fica patente a ideia, segundo a qual, havendo consciência coletiva de que os principais atrativos da ilha podiam dar mais rendimento aos corvinos, estes preferem manter-se na “paz” em que se encontram a ter que desenvolver esforços de empreendedorismo e inovação. A apropriação comunitária em torno dos principais atrativos da ilha é notório e a nossa observação participante corroborou a convicção, segundo a qual, a autoestima coletiva seria reforçada se estes símbolos locais vierem a proporcionar rendimentos e melhores condições de vida. Esta questão é fulcral num processo de desenvolvimento porquanto poder-se-á pôr em causa a legitimidade de pretender interferir no modo de vida de uma determinada comunidade, mesmo que sendo supostamente em seu próprio benefício. Será afinal contraproducente impor a atividade turística a uma comunidade local, que, sendo hospitaleira, não está motivada para a inovação e empreendedorismo. Serem externos a desenvolver este caminho suscita também o risco de perder-se uma das bases da autenticidade, porquanto a comunidade local é determinante na transmissão das traças identitárias originais.

As perceções paradoxais sucedem-se e, assumindo-se como um dado relevante, 96,7% dos inquiridos entende que o Turismo é importante para a Ilha do Corvo. 85,2% entende que os corvinos devem envolver-se mais no Turismo. 93,4% consideram que os corvinos são hospitaleiros. Este facto é facilmente constatável pelo visitante com quem o corvino interage como se o conhecesse de outras paragens. Apenas 32,7% inquiridos entende que a Ilha do Corvo deve permanecer tal e qual como está, sendo que, 49,1% defende que algo deve mudar e 14,7% assume uma posição neutra em relação ao estado em que se encontra a ilha. 86,8% dos inquiridos considera que os turistas gostam de ir ao Corvo. Em rigor e mercê da observação efetuada os Turistas sentem-se numa espécie de paraíso distante da azáfama social e propício ao recolhimento e ao reencontro consigo próprios. Admitem por outro lado que a ilha poderia ter mais estruturas, equipamentos e serviços que estimulassem o aumento dos períodos de estada. Também por este motivo é que a autarquia local manifesta esta vontade em reter visitantes, transformando-os em Turistas com o mínimo de uma dormida.

As entrevistas realizadas mostram os cuidados das entidades locais na gestão do bem-estar coletivo. As relações de proximidade são a tônica dominante, havendo uma tendência de valorização de relações pessoais que não pode ser escamoteada. Ou seja, o facto de haver uma consciência institucional que o aproveitamento dos recursos locais está aquém do seu potencial, não prevalece sobre uma vontade comunitária que nem

sempre é fácil de descortinar. Há, contudo, aspetos factuais que sob o ponto de vista do desenvolvimento local, não podem deixar de ser observados. 36% dos inquiridos consideram que na ilha não há bons animadores. Apenas 42,6% entende que há bons cozinheiros. Este último valor acaba por ser significativo uma vez que 40,9% assumiu uma posição neutra em relação ao assunto, corroborando a observação participante que permitiu constatar um desconforto geral perante o não aproveitamento gastronómico dos recursos locais. Facto que ilustra esta realidade é a curiosidade de uma das melhores especialidades para experienciar na Ilha do Corvo ser aquela que é servida no bar dos bombeiros: a Francesinha à Moda do Porto (iguarria típica da cidade do Porto no Norte de Portugal continental).

Este desconforto é visível na generalidade das respostas, sendo também sintomático o facto de 49,1% assumir uma posição neutra em relação ao facto de haver excelentes guias de trilhos. Apenas 29,5% entende que há excelentes guias de trilhos e 19,6% discorda dessa realidade. 44% assume uma posição neutra em relação à possibilidade de haver corvinos a saber muito de aves e a mesma percentagem assume-se também neutra em relação à possibilidade de haver na ilha excelentes mergulhadores. Estes números contrastam com os 80,3% que considera haver corvinos que conhecem muito bem o seu património, facto que nos relega para algumas conclusões extraídas da observação participante e para a entrevista ao presidente da câmara municipal local, segundo as quais, há uma espécie de inércia coletiva que não permite uma desejada apropriação dos símbolos corvinos. 98,3% dos corvinos entendem que o Caldeirão é importante como atração da ilha. Os trilhos (95%), a Vila do Corvo (90,1%), as aves (90,1%) os recursos marinhos (88,5%) e as Festas do Espírito Santo (83,6%) são também reconhecidas como atrações significativas do Corvo. Pesca, agricultura, gado, artesanato e leite/queijo são reconhecidos por uma esmagadora maioria (acima dos 90%) como saberes significativos da ilha. 67,2% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 30 e os 55 anos, 14,7% têm menos de 30 anos de idade e apenas 9,8% tem mais de 55 anos o que denota um predomínio de faixas etárias tidas como comumente propensas para o empreendedorismo. (Os restantes não responderam à questão da idade.) Contudo, 72,1% dos inquiridos trabalham por conta de outrem o que nos remete também para a nossa observação participante e para a nossa entrevista ao presidente da autarquia, segundo os quais, há uma certa resignação coletiva e um conformismo generalizado com a situação profissional. 55,7% são mulheres e os restantes são homens. 60,6% são detentores do ensino secundário e 11,4% possuem o ensino superior. 27,8% possuem apenas o ensino básico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O facto de 96,7% considerar que o Turismo é importante para o território e de 85,2% entender que os corvinos devem envolver-se mais nesta atividade, são conclusões promissoras para um plano de desenvolvimento turístico em torno de recursos locais em que a comunidade local se revê: o Caldeirão, a Vila do Corvo, as aves, os recursos marinhos e as Festas do Espírito Santo. Constatamos *in loco* elevadas fragilidades no âmbito de atrativos estratégicos, com destaque para a gastronomia e restauração. É de destacar o facto de termos registado nesta área a maior discrepância perante a qualidade dos recursos, nomeadamente, peixe, carne e leite e queijo.

Investigações futuras poderão assim abordar mecanismos de envolvimento

comunitário no âmbito de um plano de desenvolvimento turístico concreto em que a comunidade se reveja e em que participe enquanto protagonista, tomando nas suas mãos o seu próprio destino. Este será um aspeto fulcral e indispensável, preconizando a atividade turística sustentável como uma consequência natural do envolvimento comunitário em torno dos seus recursos.

As presentes conclusões suscitam, para já, um plano de ação que perpassse o aprofundamento de saberes e competências, designadamente, através da implementação de ações de formação em áreas tidas como vitais pela própria comunidade local, tais como, a gastronomia e a restauração, a animação, os guias de trilhos, a exploração sustentável dos recursos marinhos e os guias para observação de aves. Mesmo registando 13,1% de respostas aos inquéritos por parte da população, ficou a sensação de alguma frustração (mercê do número muito reduzido de habitantes) pelo facto de não termos uma taxa de respostas mais elevada. As razões para a não propensão coletiva para a resposta formal a inquéritos, acabam por ser uma questão interessante para futuras pistas de investigação, porquanto estava patente a ideia que o objetivo de tais inquéritos se prendia justamente com a implementação das vontades coletivas locais. A Ilha do Corvo regista assim uma ambivalência comunitária. Por um lado, há um inconformismo generalizado, segundo o qual, o Corvo pode dar mais aos corvinos. Contudo, na sua generalidade, os corvinos sustentam que vivem ali, tal como querem. A observação participante que realizamos e a entrevista ao autarca local deixam antever que uma espécie de autoestima exacerbada pode provocar este aparente paradoxo nas respostas.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Câmara Municipal de Vila do Corvo e ao seu Presidente José Manuel Silva, todo o apoio logístico para a realização do presente artigo.

REFERÊNCIAS

AGYEIWAH, E., MCKERCHER, B., & SUNTIKUL, W. Identifying core indicators of sustainable tourism: A path forward? **Tourism Management Perspectives**, vol. 24, p. 26-33, 2017.

ALMEIDA, A.S.A., PINTO R. Religiosity and tourism: the primacy of experience. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, vol. 12, n. 2, p. 615-627, 2017.

ALMEIDA, A.S.A. Decomposição identitária e intensificação da experiência turística – entre a emancipação local e a integração internacional. **Lusophone Journal of Cultural Studies**, vol. 5, n. 2, p. 409 – 425, 2018.

AMORIM, M.N. Uma aldeia no Oceano – As gentes do Corvo entre o século XVII e o XX, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória, Depósito Legal nº 450400/18, ISBN: 978-989-8970-14-5.

HAMZAH A., & HAMPTON M. P. Resilience and Non-Linear Change in Island Tourism, **Tourism Geographies**, 15:1, p. 43-67, 2013.

ARAÚJO, C., CÂNDIDO, D., & KROTT, M. Turismo de base comunitária e relação de

poder no Parque nacional Marinho de Fernando de Noronha. **Caderno Virtual de Turismo**, ISSN 1677 6976, 2018.

BARRETO, A. Autonomia regional, descentralização e limites ao poder político: reflexões sobre o caso açoriano. **Análise Social**, vol. xxix (125-126), 1994 (1.º-2.º), p. 267-286, 1994.

BROWN, N., GONZÁLEZ, L., & MCILWRAITH, T. Perspectives: An Open Invitation to Cultural Anthropology. **American Anthropological Association**, ISBN: 978-1-931303-55-2, 2017.

CHIAPPAA, G., ATZENIC, M., & GHASEMIC, V. Community-based collaborative tourism planning in islands: A cluster analysis in the context of Costa Smeralda. **Journal of Destination Marketing & Management**, 8, p. 41 – 48, 2018.

COELHO, M., GOSLING, M., & ALMEIDA, A. S. A. Tourism experiences: Core processes of memorable trips. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, vol. 37, p. 11-22, 2018.

FRAGA, L. F. Com o Corvo no Coração – 47 anos de Crónicas em defesa do Corvo, dos Açores e de Portugal, Edição: Município do Corvo, Depósito legal 454736/19, 2019.

GONTIJO, F. As Ilhas Trobriand, a antropologia e os Dimdim: algumas considerações sobre etnografia, turismo e reflexividade em “lugares sagrados”. **Antropologia**, São Paulo, vol. 60, n. 1, p. 263-308, 2017.

GRABURN, N.H.H. The Anthropology of Tourism. **Annals of Tourism Research**, vol. 10, p. 9-33, 1983.

HINDMARSH, R., ALIDOUST, S. Rethinking Australian CSG transitions in participatory contexts of local social conflict, community engagement, and shifts towards cleaner energy. **Energy Policy**, 132, p. 272-282, 2019.

KUMAR, G. M. K. Gastronomic tourism — A way of supplementing tourism in the Andaman & Nicobar Islands. **International Journal of Gastronomy and Food Science**, 16, 100139, 2019.

KURNIAWAN, F. *et al.* The social-ecological status of small islands: An evaluation of island tourism destination management in Indonesia. **Tourism Management Perspectives**, 31, p. 136-144, 2019.

LARA, D. R. M., & CORRAL, S. Local community-based approach for sustainable management of artisanal fisheries on small islands. **Ocean & Coastal Management**, vol. 142, p. 150-162, 2017.

TWINING-WARD L., & BUTLER R. Implementing STD on a Small Island: Development and Use of Sustainable Tourism Development Indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Cidade, 10:5, p. 363-387, 2002.

MALHEIROS, A. P., LOURENÇO, P., & ALMEIDA, A. S. A. Some Contributions to the Assumptive Identity of Portugal’s Jewish Heritage – the Case of Belmonte. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, nº 43, p. 69-88, 2016.

MELLO, A. M. L. Memória e Imaginário: a herança açoriana na escrita de Cecília Meireles. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 18, no.3, p. 470-486, 2016.

NG, S. I *et al.* Seeking tourism sustainability – A case study of Tioman Island, Malaysia. **Tourism Management**, vol. 58, p. 101-107, 2017.

PIMENTEL, F. A. M. F. Corvo a ilha dos afectos. Depósito legal nº 452975/19, 2019.

ROBINSON, D., NEWMAN, S., & STEAD, S. M. Community perceptions link environmental decline to reduced support for tourism development in small island states: A case study in the Turks and Caicos Islands. **Marine Policy**, 108 – 103671, 2019.

SILVEIRA, P., & DENTINHO, T. Spatial interaction model of land use – An application to Corvo Island from the 16th, 19th and 20th centuries. **Computers, Environment and Urban Systems**, 34, Issue 2, p. 91-103, 2010.

Community engagement in small islands and tourism development – the case of Corvo Island, Azores, Portugal.

Abstract

Integrating the UNESCO Biosphere Reserve, Corvo, the smallest island of the Azores archipelago, Portugal, is populated by a community of 464 inhabitants, which determines its cohesion levels. Being an isolated territory, not only from the Portuguese continent, but also in the context of the archipelago itself, different approaches arise, especially in the context of globalization processes that assume social and structural impacts both on territories and people. The present work aims to interpret the community cohesion and the perceptions of the inhabitants of Corvo, regarding the development of Tourism as a way to improve the local way of living. To achieve this goal, together with participant observation, surveys were implemented within the local community and interviews with the main local agents were made. It was concluded that, although there is a high collective self-esteem around local resources, there is an ambivalent attitude on the part of the “corvinos” based on, one hand, in a collective inertia facing entrepreneurship and, on the other hand, in a nonconformism and manifestation of a life change given by Corvo. Tourism collects unanimity to achieve this goal and these findings justify a plan of actions to be implemented in the territory, together with local actors.

Keywords: *Local Resources. Identity Assumption. Tourism.*

Artigo recebido em 27/03/2020. Artigo aceito em 28/05/2020.